

Pesquisadores e entrevistados: problemas éticos ligados a contextos de desigualdade e à atuação de movimentos sociais

Arnaldo José Zangelmi*

A história oral, ao longo das últimas décadas, foi objeto de inúmeros debates, parte deles centrada na própria validade dessa metodologia (Amado; Ferreira, 2002). Porém, as questões éticas que emergem das relações com os entrevistados são ainda pouco refletidas,¹ o que dá margem para uma multiplicidade de posturas dos pesquisadores, desde o total alheamento em relação ao problema até a culpa incessante e a busca por formas variadas de retribuição aos entrevistados.

As pesquisas nas quais a desigualdade social é uma dimensão significativa têm contornos próprios, na medida em que as relações entre pesquisadores e informantes podem explicitar, reproduzir ou reforçar relações de poder. Em muitos casos o pesquisador, visando atingir seus objetivos acadêmicos, solicita a ajuda de pessoas que sofrem fortes privações, para quem os benefícios daquela pesquisa são questionáveis.

Essa situação se torna ainda mais delicada nos casos em que os entrevistados estão inseridos em processos de mobilização política intensa, contextos

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: arnaldozan@yahoo.com.br.

1 Agradeço à professora France Maria Gontijo Coelho pelo estímulo às reflexões éticas que possibilitaram a escrita deste artigo e, principalmente, modificaram substancialmente minhas relações com os entrevistados.

nos quais a intervenção do pesquisador pode ter implicações para os conflitos em curso. Assim, uma multiplicidade de problemas vem à tona, como as possibilidades de divulgação de informações estratégicas, a validade dos resultados para a definição dos rumos das mobilizações, o comprometimento político do pesquisador com as causas dos movimentos etc.

As reflexões expostas neste artigo foram estimuladas principalmente pelas minhas experiências com história oral em diversas pesquisas – desde 2005 até a atualidade² – nas quais fui, direta e indiretamente, confrontado com as implicações éticas das entrevistas com trabalhadores rurais e militantes de movimentos sociais em Minas Gerais, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Vale salientar que a necessidade de preocupações éticas presente em parte das pesquisas da sociologia, da antropologia e da história não se refere exclusivamente àqueles que trabalham com entrevistas. Por exemplo, os historiadores que lidam com fontes escritas se deparam com questões éticas, principalmente quando estudam períodos recentes nos quais as informações divulgadas podem ter consequências diretas nos processos em curso. No entanto, ao optar pelo contato pessoal com aqueles que “cedem” seus depoimentos para o pesquisador, o envolvimento e o compromisso são necessariamente elementos centrais.

Essas discussões são especialmente pertinentes no cenário atual, no qual os profissionais das ciências humanas e sociais buscam definir parâmetros éticos próprios, em oposição à longa predominância dos critérios da área da saúde para a regulação das nossas pesquisas (Duarte, 2014). Assim, cabe aprofundarmos as reflexões sobre nossas especificidades éticas, para as quais os modelos alheios não dispõem de respostas adequadas.

Duas situações que vivenciei podem servir de exemplo dos desconcertos e inquietações que estimularam a produção deste artigo. A mais recente deu-se durante uma visita a um assentamento do MST na Zona da Mata Mineira, quando fazia com uma equipe de pesquisadores um estudo sobre as concepções educacionais dos integrantes do grupo, para as quais os padrões vigentes nas escolas da região eram visivelmente inadequados. Depois de

2 Refiro-me às pesquisas de mestrado e doutorado que realizei respectivamente na Universidade Federal de Viçosa (UFV) e na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), assim como aos projetos de pesquisa que coordenei na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

alguns contatos prévios por telefone, combinamos uma viagem para o assentamento. Ao chegarmos ao local, propusemos uma conversa coletiva, que serviria de base para a definição de critérios para a seleção de entrevistados. Comecei a explicar nossos objetivos e fui rapidamente interrompido pelo desabafo de uma militante:

Às vezes a gente se sente num zoológico! As pessoas das universidades vêm aqui, nos observam, vão às nossas casas fazer entrevistas com muita curiosidade, acham a gente exótico. Depois se vão e não voltam nunca mais. Nem sei o que fazem com isso, nunca mais aparecem. (Luísa,³ 2014).

Busquei explicar que tínhamos uma postura diferente dessas pessoas com as quais ela teve contato, que pretendíamos dialogar, voltar para apresentar os resultados e buscar direcionar nossas reflexões para os problemas vividos no assentamento, o que poderia influir nas políticas públicas na região. Ela pareceu compreender minhas intenções, um tanto quanto incrédula de sua viabilidade, assim como desapontada por eu não ter assumido, na minha explicação, um compromisso de engajamento mais concreto nas mobilizações. De todo modo, continuamos a conversa de forma amigável e realizamos as entrevistas propostas inicialmente. Porém, desde então, a imagem incômoda de uma visita ao zoológico me acompanha em minhas pesquisas em campo, chamando minha atenção para as implicações éticas do trabalho que faço.

O outro caso ocorreu em 2012, quando realizava minha pesquisa de doutorado, numa visita a um assentamento do Nordeste Mineiro. Depois de uma hora e vinte minutos de conversa com um casal, na qual narraram suas trajetórias de enfrentamento e privações na luta pela terra, a mulher interrompe o marido para me perguntar:

Tem uma coisinha que eu quero perguntar para ele. Eu sou muito curiosa. Às vezes uma pessoa vem na casa da gente... Essa pesquisa que você está fazendo, ela faz parte do que a gente está vivendo aqui dentro? Faz parte um pouco do Incra? Essa pesquisa vai direto para o Incra? Ou é só mais mesmo para você, que é um estudante, passar para os outros na frente? (Janete, 2012).

3 Os nomes dos entrevistados foram substituídos por pseudônimos, visando preservá-los de possíveis constrangimentos.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) era, pela experiência desses assentados, o órgão que tinha possibilidades mais concretas de ajudá-los, porém eles sentiam fortemente sua ausência, cada vez maior ao longo dos anos. Busquei explicar que essa pesquisa poderia ser lida por alguém do Incra, que eu iria divulgá-la amplamente, mas que eu não era funcionário desse órgão e o texto não seria necessariamente analisado por ele. Apesar da decepção, acredito que minha explicação, reconhecendo as limitações do meu trabalho, aumentou nossa relação de confiança:

Você me desculpe. Eu tô fazendo essa pergunta por isso. Vêm muitos aqui perguntar, para saber... Eu não tenho estudo, não, mas inteligência na minha cabeça não falta! Às vezes a gente está conversando com uma pessoa que está até contra a gente! Hoje em dia o que não falta são pessoas desonestas. A gente pode estar contando toda nossa vida para uma pessoa e a gente não sabe o que ela vai fazer com aquilo. [...] Tem gente que vem manipular a gente, usa aquela informação contra a própria pessoa que tá ajudando eles! Vem um bocado de gente aqui. Veio jornalista aqui entrevistar, a gente respondeu, ele ficou de voltar e até hoje não voltou! (Janete, 2012).

Como discutido noutro trabalho (Zangelmi, 2014), esse grupo de assentados é proveniente de ocupações de terra do MST, frustradas diante do contexto adverso do final dos anos 1980 e início dos 1990. Essas pessoas sofreram despejos violentos, ficaram acampadas em situação precária por vários anos, sofrendo fortes riscos e privações. Nesse processo, parte delas questionou as decisões e rompeu com as lideranças do MST, buscando a intervenção da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) para a criação de um assentamento. O afastamento em relação ao MST é um dos fatores que contribui para compreendermos o isolamento e precariedade desse assentamento na atualidade, pois esse movimento é um importante mediador na conquista de recursos através do Incra e de outras organizações.

Inicialmente, chamaram atenção as privações que essas pessoas sofriam num assentamento “abandonado”, assim como a expectativa de que os pesquisadores, supostamente munidos de maior influência, pudessem transformar substancialmente aquela realidade que diagnosticavam. A decepção de parte dos entrevistados e a sensação de impotência dos pesquisadores são

sentimentos recorrentes em casos como esse, pelo menos entre aqueles que fazem seu trabalho com um mínimo de incômodo diante das desigualdades sociais.

O receio dos entrevistados de um uso prejudicial de seus depoimentos também foi acentuado, indício significativo de que suas experiências com pesquisadores tinham sido marcadas pelo sentimento de que nem todos agiram de boa fé, pelo uso descuidado ou preconceituoso que fizeram de suas falas. Assim, a posição política do pesquisador, à qual nem sempre os entrevistados têm acesso, passa a ser um elemento central na definição dos possíveis usos dos seus depoimentos.

Essas situações de confrontação mais explícita, assim como tantas outras de caráter mais tácito, desencadearam um processo de inquietação e reflexão que me levou a buscar discussões acadêmicas mais profundas sobre as relações em questão. O trabalho aqui apresentado é um esforço de sistematização e de posicionamento sobre essas ideias, assim como de busca por aprofundar reflexões sobre alternativas de retribuição ainda pouco abordadas.

Desigualdade, ficção e busca por retribuição

Diante da desigualdade social intensa e resistente no Brasil, alguns pesquisadores têm se dedicado ao estudo de grupos pauperizados, buscando compreender suas histórias, condições materiais, significações, formas de organização etc., no intuito de trazer à tona conhecimentos válidos para a superação das disparidades vividas no país.

Geralmente, pesquisadores e entrevistados pertencem a grupos sociais diferentes. Mesmo nos casos em que o pesquisador é originário do grupo estudado, muitas vezes a inserção no campo científico está associada ao pertencimento a novos espaços, que contribuem para diferenciá-lo. Assim, a relação entre pesquisadores e entrevistados acaba sendo, em certa medida, uma representação da desigualdade entre esses atores.

As reflexões de Geertz (2001) lançam luz sobre alguns contornos dessa questão. Inicialmente, o autor salienta que a pesquisa social tem apontado muitos problemas, porém poucas alternativas de soluções viáveis para as populações que estuda. Ou seja, o conhecimento acadêmico pouco tem servido para resolver as mazelas das pessoas estudadas, apesar de recorrer à ajuda dessas pessoas para desenvolver-se.

Outro aspecto apontado pelo autor é o fato do pesquisador e dos participantes pertencerem a *universos morais distintos*, o que gera equívocos sobre a situação em que estão envolvidos. Muitas vezes o pesquisador é visto como exemplificação de oportunidades que logo serão oferecidas aos participantes, o que dificilmente se realiza. Como afirma Geertz, o pesquisador “é um mostruário de bens que não estão disponíveis no mercado interno” (Geertz, 2001, p. 38).

Como salienta o autor, a incongruência dessa situação torna-se mais preocupante pelo fato do pesquisador – essencialmente irrelevante para as carências extremas dos participantes – depender da ajuda dessas pessoas para realizar a pesquisa – ajuda que geralmente obtém. Mas a ilusão não está apenas do lado dos informantes: o pesquisador, muitas vezes, se reconforta por acreditar ser pessoalmente valioso para os participantes na interação intercultural.

A situação do trabalho de campo exerce pressão para que tanto pesquisadores quanto pesquisados acreditem na substancialidade dessa afiguração que, apesar de não ser impossível, é improvável. A pesquisa, como salienta o autor, tem o poder de unir essas duas pessoas de universos culturais distintos em uma ficção na qual ambas pertencem a um mesmo universo cultural. Essa é uma grande contradição, pois se essa fantasia, percebida de forma mais ou menos clara, for quebrada, a relação pode ser interrompida:

Permitam-me um exemplo. Quando eu estava em Java, um de meus melhores informantes era um jovem escriturário de trinta e poucos anos, que tinha altas aspirações, apesar de ter nascido e sempre vivido na cidadezinha interiorana que eu estudava: ele queria ser escritor [...]. Fazia tempo que ele pegava a máquina [de escrever] emprestada de vez em quando para datilografar seus escritos *catando milho*, preparando uma espécie de edição manuscrita. Com o tempo, passou a pegá-la mais e mais, até que ficava com ela a maior parte do tempo, o que era um inconveniente para mim, já que eu não tinha outra. Decidi, então, tentar reduzir os empréstimos a prazos mais moderados. Certo dia, quando ele mandou o irmão menor, como de costume, pegar emprestada a máquina por uma tarde, enviei-lhe um bilhete dizendo que lamentava, mas precisava dela para um trabalho meu. Foi a primeira vez que recusei o empréstimo. Em dez minutos o irmãozinho estava de volta com outro bilhete, que, sem mencionar a máquina ou minha recusa, dizia apenas que meu informante, devido a um compromisso inadiável, não poderia (também pela primeira vez) vir ao encontro

marcado comigo para o dia seguinte. Tentaria, porém, se possível, honrar o encontro subsequente, três dias depois. Interpretei isso, com muito acerto, como uma paga na mesma moeda e, temeroso como sempre de uma perda de vínculo, fiz uma coisa estúpida, que, no tocante ao nosso relacionamento, foi um erro fatal. Em vez de simplesmente deixar o incidente passar, respondi ao bilhete lamentando que ele não pudesse vir ao encontro marcado e dizendo que esperava não tê-lo ofendido, e que ele poderia dispor da máquina, afinal, porque eu iria aos arrozaais. Três horas depois, voltou o irmãozinho, com a máquina e um longuíssimo bilhete (datilografado) cuja essência era: 1) é claro que ele não se sentira ofendido, pois, afinal, a máquina era minha; 2) ele lamentava muito, mas o fato é que não apenas não poderia comparecer ao nosso próximo encontro, como também a premência de seu trabalho literário impossibilitaria por completo, infelizmente, que continuássemos a nos ver. (Geertz, 2001, p. 41-42).

Num primeiro momento, a história narrada pode dar a entender que o que estava em jogo era apenas a troca de informações por uma máquina de escrever, em sua utilidade mais concreta. No entanto, essas negociações envolviam significados atribuídos às relações e identidades pelos envolvidos:

Mera cavilação, ridiculamente exagerada? Cômico mal-entendido agravado por um excesso normal de melindres e uma estúpida falta de tato? Com certeza. Mas, por que tamanha tempestade em copo d'água? Por que tivemos tanta dificuldade com uma coisa tão simples quanto o empréstimo de uma máquina de escrever? Porque, é claro, não se tratava de uma máquina de escrever sendo emprestada – ou, pelo menos, não somente da máquina –, mas de um conjunto de reivindicações e concessões apenas obscuramente reconhecidas. Ao tomar emprestada a máquina, meu informante afirmava tacitamente sua demanda de ser levado a sério como um intelectual, um 'escritor' – isto é, um igual; ao emprestá-la, eu tacitamente concordava com essa demanda, interpretando tacitamente nosso relacionamento como de amizade pessoal – isto é, eu me admitia no círculo interno de sua comunidade moral. Ao tomá-la emprestada, ele aceitava, também tacitamente, essa interpretação. (Geertz, 2001, p. 42).

Pelos diversos graus de envolvimento entre pesquisadores e entrevistados, podemos discutir o teor dessas ficções em cada trabalho específico, assim como suas diferentes implicações. No entanto, é sempre pertinente questionarmos se

nossos sentimentos de igualdade e de amizade não estão funcionando como conforto ou como solução para problemas éticos. O pesquisador faz as gravações de que precisa e vai embora, dificilmente retorna e dá continuidade à relação.

Mais especificamente no caso brasileiro, caracterizado pela *invisibilidade* (Souza, 2006) de nossa desigualdade social, as interações concretas concernentes ao processo de pesquisa com história oral explicitam a extrema disparidade nas condições de vida dos diferentes grupos sociais. Por um lado, trata-se de uma oportunidade de questionamento das formas de legitimação e naturalização das relações de poder em nossa sociedade, frutos, em grande medida, da impessoalidade de nossas instituições modernas. Por outro lado, esses contatos podem provocar situações de reforço de hierarquias, reafirmação de papéis sociais e atualização de formas de dominação.

Diante do forte sentimento de culpa decorrente dessa percepção, muitos pesquisadores buscam “dar algo em troca”, retribuir, devolvendo, de alguma forma, a ajuda que receberam. Como demonstra Amado (1997), muitos profissionais, ao “devolverem” o trabalho entregando cópias dos textos ou compartilhando os procedimentos e rumos da pesquisa com os entrevistados, têm a falsa impressão de que estão quites, considerando que o problema ético está resolvido.

Segundo Amado, os estudos “devolvidos”, apesar de terem potencial para contribuir com informações relevantes, não são necessariamente úteis para os entrevistados, que cedem seus depoimentos por uma multiplicidade de motivos – aos quais, muitas vezes, o pesquisador não tem acesso. Trata-se, então, de uma relação negociada, na qual cada um tem seus objetivos e voluntariamente entra em interação, não sendo pertinente o sentimento de culpa ou o comprometimento político do pesquisador com o grupo estudado. Como afirma a autora:

Em vez de apresentar-se nos termos habituais, onde existe um pólo poderoso e dominante (o do historiador) e um pólo fraco e submisso (o do entrevistado) – o que acaba gerando culpa no primeiro, se este é um profissional ‘ético’, dotado de senso de responsabilidade social –, o que em verdade acontece é uma relação *desde o início* negociada, caracterizada pelas trocas entre os objetivos do historiador (escrever a pesquisa acadêmica e, se possível, transformá-la em livro) e os do informante (levar sua experiência até outros círculos sociais, via produto final do trabalho do historiador). (Amado, 1997, p. 154, grifo no original).

No entanto, é importante destacar que essa troca negociada, sem relações de dominação, também não ocorre naturalmente, e necessita de cuidados contínuos. Inicialmente, cabe notar que os depoimentos são voluntários em graus diferentes, pois muitas vezes as pessoas são, de várias formas, pressionadas para participar da pesquisa. O constrangimento, a insistência, o uso da autoridade acadêmica, mesmo que de forma tácita, não são artifícios raros nos trabalhos de campo; ou seja, nem sempre a recusa pode acontecer com facilidade e naturalidade.

Nesse sentido, tampouco as possíveis consequências dos depoimentos, imprevisíveis até para quem entrevista, são plenamente mensuradas pelos entrevistados, que em certa medida confiam na responsabilidade e idoneidade do pesquisador. Dessa forma, o comprometimento do entrevistador transcende o momento da entrevista, na medida em que seu envolvimento com os entrevistados cria certas expectativas. Mesmo que isso não seja explicitado, existe esperança de que o estudo – respaldado pela autoridade do pesquisador e, em muitos casos, do poder público que o legitima – possa trazer alguma melhora nas condições de vida dos entrevistados. Não são poucos os casos nos quais os pesquisadores alimentam essa esperança ou, pelo menos, não a desfazem, para não comprometerem seus objetivos acadêmicos.

Assim, as relações em campo são marcadas por uma série de dilemas, cada qual com contornos próprios – e, em muitos casos, imprevisíveis – que requerem atenção específica. Um exemplo encontra-se no ato de explicar a pesquisa para o entrevistado, descrevendo os objetivos, procedimentos, questões etc. Mesmo não dominando os procedimentos acadêmicos, parte significativa dos entrevistados parece compreender seu teor básico, no entanto tem pouca noção do resultado final, na forma de texto, e se desinteressa de maiores detalhamentos.

Outro dilema diz respeito à divulgação dos nomes dos entrevistados, que podem ser substituídos por pseudônimos. Por um lado, essa troca os preserva de possíveis constrangimentos e represálias, entre tantos outros problemas; por outro, o anonimato limita o reconhecimento social de suas ações – para muitos o próprio ato de ceder uma entrevista está associado à busca por prestígio, em vista de ações que consideram valorosas e dignas de registro. Uma alternativa pode ser deixar essa decisão para o entrevistado, mas novamente surge a questão sobre o conhecimento profundo das implicações dessas escolhas.

Um ponto aparentemente consensual é o de que o entrevistado deve ter liberdade de escolha sobre ceder ou não uma entrevista, princípio básico que, na verdade, pode esconder uma multiplicidade de práticas dos pesquisadores.

Em alguns casos, principalmente diante de pessoas fundamentais para a compreensão do processo em questão no estudo, os pesquisadores tendem a pressionar seus possíveis entrevistados de diversas formas para conseguirem um depoimento. Nesses casos, o direito de privacidade do entrevistado vai de encontro ao direito da sociedade de conhecer aquele processo, assim como à responsabilidade do pesquisador de desvendá-lo.

Outro dilema ético se refere à reconstrução histórica das estratégias dos atores, um ponto extremamente delicado quando se pesquisam processos que estão em curso no presente. Por um lado, a sistematização dessas estratégias é importante fonte de experiência para que os atores compreendam suas trajetórias e possam redimensioná-las, construindo novas alternativas de ação. Por outro lado, expor as estratégias, permitindo que sejam previstas pelos adversários, pode comprometer os resultados das ações do grupo estudado. Retornarei a esse assunto mais à frente.

Outra ordem de questões, ligada aos pontos discutidos acima, refere-se ao processo de interpretação nas pesquisas. As relações de poder entre os discursos em interação nos trabalhos com entrevistas parecem ser o aspecto mais complexo dessas relações, necessitando de maior atenção.

Movimentos, discursos e relações de poder

O termo *movimento social* ganhou forma mais no enfrentamento político concreto do que na conceituação acadêmica. No seu uso mais comum e genérico, se refere a grupos mobilizados para transformar suas condições de vida e a sociedade em geral. Para Alexander (1998), são grupos que buscam mudar a distribuição de poder, as formas de interação e os ideais culturais coletivos. Essa ideia também está comumente relacionada com a sistematização e a publicização de determinados projetos de sociedade, de determinadas causas, o que em muitas análises passa pela delimitação de um ou mais adversários e pela formação de redes de mobilização (Neveu, 2005).

Dessa forma, os movimentos estão recorrentemente em conflito aberto com outros grupos, buscando redimensionar as relações de poder vigentes. Assim, as informações expostas nas pesquisas têm um peso específico, na medida em que podem influir nas disputas em curso. De forma mais direta e clara, temos as estratégias dos grupos mobilizados, cujo sigilo pode ser elemento fundamental para o sucesso das ações.

Também é significativa a interferência que as pesquisas podem exercer nas imagens dos grupos, ponto central nas disputas atuais. Como demonstra Champagne (1996), vivemos a crescente influência da opinião pública no jogo político, relação que passa a ser cada vez mais almejada por grupos mobilizados. Assim, a luta política é também uma luta simbólica, na qual as mobilizações da sociedade civil despontam como novo argumento no interior da política representativa, colocando questões, intervindo na produção de acontecimentos e dando novas formas às relações de poder. Diante dessa tendência, a publicação das pesquisas pode ser elemento significativo na elaboração do modo como a sociedade e o campo institucional percebem os movimentos, delimitando suas possibilidades de conquistas.

Como salienta Melluci (2001), a formação de identidades é elemento central da dinâmica dos movimentos sociais na atualidade, uma de suas possibilidades para serem ouvidos e respeitados, alçando políticas públicas significativas para os grupos mobilizados. Assim, ao lidar com informações relativas às visões sobre os grupos, tanto de dentro quanto de fora – dado o caráter relacional das identidades –, o pesquisador pode influir diretamente nas potencialidades e limitações daqueles que estuda.

Outra especificidade do trabalho com movimentos sociais está no fato de que esses grupos dispõem de projetos sistematizados, situados em confrontos políticos claros, diante dos quais geralmente se espera que o pesquisador se posicione, assumindo compromissos com as causas daqueles que cedem seus depoimentos. A história oral tem as relações de confiança entre entrevistador e entrevistado como elemento metodológico central e essa confiança depende do comprometimento do pesquisador, o que pode significar um risco para a validade acadêmica de seu trabalho. Assim, por um lado, o pesquisador tem a necessidade ética de não prejudicar aqueles de quem pede ajuda em sua pesquisa e, por outro, precisa evitar que seu estudo se torne apenas uma obra panfletária, que nada acrescenta em relação ao discurso político do movimento.

A interação entre os discursos é especialmente delicada, posto que o pesquisador dispõe de ferramentas e poder para interpretá-los, apresentando em seu estudo a “palavra final”. Como afirma Costa (2014), muitas vezes o pesquisador que se depara com a desigualdade e com movimentos sociais sobrepõe o seu discurso ao dos sujeitos estudados, tidos como inferiores e desprovidos de uma visão própria e amadurecida:

Para os pesquisadores que trabalham com a história dos homens comuns, ou, como dizem os ingleses, com uma ‘história vista de baixo’ (Sharpe, 1991, p. 39), a questão da hegemonia cultural do pesquisador se apresenta como mais conflitante, sobretudo quando ele trabalha com sem-terra, sem-teto, cordelistas e outras pessoas econômica, social, política e culturalmente marginais na sociedade. Esses sujeitos sobrevivem em uma sociedade que tem se negado a ouvi-los, que não escuta o clamor de vozes dissonantes, que tem sistematicamente ignorado, ou apreendido como banal, a cultura dos homens comuns. Por outro lado, nós, pesquisadores, temos uma visão de mundo alargada e matizada pelas informações do mundo acadêmico, muito diversa, portanto, da visão de mundo dos nossos narradores; no processo de (re)interpretação, podemos conferir ao relato cores que não levam em conta os valores da época em que o *corpus* foi produzido, quem o escreveu ou narrou, que interesses e jogos de poder se escondem nas entrelinhas da palavra falada, da escrita ou das imagens. Dessa forma, no caso dos documentos orais, os próprios narradores podem não se reconhecer como informantes. [...] Como, então, podemos respeitar as interpretações dos narradores sem abandonar a responsabilidade de fazermos a nossa interpretação analítica das suas experiências? (Costa, 2014, p. 61).

Diante dos possíveis conflitos de interpretação, é importante que o pesquisador, tendo posição privilegiada, coloque sua interpretação em discussão com os sujeitos, num diálogo aberto que pode redefinir os resultados da pesquisa:

No caso das pesquisas que trabalham com um *corpus* oral, ratifiquei a minha convicção de que o narrador pode e deve se posicionar sobre as interpretações de sua narrativa realizadas pelo pesquisador. [...] Trata-se de uma negociação entre forças culturais diversas, que pode atenuar o domínio do pesquisador sobre as outras culturas e vozes da narrativa, oportunizando a visibilidade do outro, o direito de ele se expressar a partir da periferia do poder. (Costa, 2014, p. 63-64).

Segundo Portelli (1997), dialogar não significa reproduzir os discursos dos atores, numa perfeita concordância com suas interpretações, mas sim, ao reconhecer a especificidade e o valor de cada experiência, tentar “aprender um pouquinho” ao ouvir o outro, colocar sua própria visão em dúvida, abrir-se para o imprevisível enriquecedor:

O respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral. Não são exclusivamente os santos, os heróis, os tiranos – ou as vítimas, os transgressores, os artistas – que produzem impacto. Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias *em potencial*, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. Cada um de meus entrevistados – talvez quinhentos –, e na afirmação que se segue não há nenhum clichê, representou uma surpresa e uma experiência de aprendizado. Cada entrevista é importante, por ser *diferente* de todas as outras. (Portelli, 1997, p. 17, grifos no original).

Assim, o pesquisador realiza sua interpretação apoiado nas várias vozes que escuta em seu trabalho, que não podem ser suprimidas pela sua autoridade acadêmica e pelo seu controle sobre o texto:

Assim, sejam quais forem as intenções que tivemos, o trabalho que realizamos adquire uma dimensão dialógica intrínseca, na qual nossas interpretações e explicações (expressamente claras) coexistem com as interpretações contidas nas palavras que reproduzimos de nossas fontes e, ainda, com as interpretações que os leitores fazem delas. Por conseguinte, aqueles que leram minha história sobre Terni descobriram possibilidades de ligação entre as entrevistas citadas que haviam me passado despercebidas e que, no entanto, nela estavam presentes. Conseqüentemente, aquilo que criamos é um texto dialógico de múltiplas vozes e múltiplas interpretações: as muitas interpretações dos entrevistados, nossas interpretações e as interpretações dos leitores. (Portelli, 1997, p. 27).

Para o autor, essa é a melhor forma de restituição, na medida em que verdadeiramente, através do estudo, projeta as vozes dos entrevistados para outros grupos, ampliando suas possibilidades de influência:

O verdadeiro serviço que, acredito eu, prestamos a elas [às comunidades], a movimentos e indivíduos, consiste em fazer com que sua voz seja ouvida, em levá-la para *fora*, em pôr fim à sua sensação de isolamento e impotência, em conseguir que seu discurso chegue a outras pessoas e comunidades. [...]

Em vez de nos limitarmos a restituir à comunidade conhecimentos de que já dispõe, nós os restituímos e os complementamos com conhecimentos nossos, compartilhando-os com aquelas regiões do mundo a que temos condições de chegar. (Portelli, 1997, p. 31-32, grifo no original).

No entanto, outra forma de contribuição para os grupos tem sido pouco debatida nas discussões éticas atuais. Trata-se do papel das pesquisas para as transformações internas dos grupos, desencadeadas por seus próprios membros a partir desse conhecimento sistematizado.

Reflexividade e desconexão

Apesar de ser recorrentemente mencionado, o valor das pesquisas para a proposição de mudanças nos grupos pelos seus sujeitos tem sido tratado superficialmente, dada certa incredulidade em sua efetivação. Geralmente se argumenta, muito vagamente, que os atores já dispõem daquele conhecimento ou que ele é constituído com procedimentos inacessíveis a eles, buscando-se salientar a importância de outras formas de retribuição, como as discutidas anteriormente.

Quero, no entanto, propor uma reflexão sobre as potencialidades de nosso trabalho com história oral para a revisão dos atores estudados sobre suas condutas. Evidentemente, essa possibilidade não é exclusiva dos estudos que trabalham com entrevistas; a discussão é pertinente para vários trabalhos cujos processos analisados encontram-se, de uma forma ou de outra, ligados aos problemas atuais.

Como apontado por Giddens (1991), no processo de globalização acentua-se o “desencaixe” da atividade social em relação aos seus antigos referenciais concretos, baseados nos contextos locais de presença física que estruturavam a vida social, que guiavam as condutas. Assim, desenvolve-se uma nova *reflexividade*, na qual as pessoas monitoram constantemente suas condutas, examinam e reformulam suas práticas com base nas informações crescentes de que dispõem.

Transforma-se substancialmente a relação com a tradição, que é agora um recurso entre outros, rearticulado pelo processo reflexivo. As condutas, deslocadas do seu *lugar*, são cada vez menos estruturadas pela tradição, convertendo-se em responsabilidade dos próprios atores. Nesse sentido,

“os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes” (Giddens, 1991, p. 14). Como afirmam Giddens e Pierson:

[...] a modernidade do mundo, o que é ser moderno, é precisamente a constituição social da sociedade contemporânea em um mundo que superou seu passado, em uma sociedade não mais sujeita às tradições, costumes, hábitos, rotinas, expectativas e crenças que caracterizaram sua história. (Giddens; Pierson, 2000, p. 19).

As tradições não deixaram de existir, mas passaram a ser encaradas como “contextos alternativos de tomada de decisões e como fontes alternativas de conhecimento, valor e moralidade”, tornando-se “recursos adaptáveis, flexíveis e ‘plásticos’, num mundo globalizado e cosmopolita de culturas e estilos de vida entrecruzados” (Giddens; Pierson, 2000, p. 20).

Dessa forma, as influências do passado são limitadas, objetos de escolha, diante dos numerosos *cenários* com os quais as pessoas passam a se deparar, ou seja, “as condições em que vivemos são mais o resultado de nossas próprias ações e, inversamente, nossas ações visam, cada vez mais, administrar ou enfrentar os riscos e oportunidades que nós mesmos criamos” (Giddens; Pierson, 2000, p. 20).

Vale lembrar que as análises de Giddens têm um enfoque amplo, com forte abstração, e se deram com base em processos vividos principalmente na Europa. No entanto, como explicitado noutro estudo (Zangelmi, 2014), considero-as pertinentes para a compreensão dos contextos aqui discutidos, principalmente em se tratando da atuação de movimentos sociais, que dinamizam os universos locais, “desencaixando-os” e ligando-os a uma multiplicidade de atores e ideias em situações diversas. Assim, vários grupos mobilizados têm caminhado na tentativa de construir reflexivamente novas significações, dentre elas as de identidade, que os impulsionem para o enfrentamento com grupos que estão em posição favorável nas relações de poder estabelecidas.

Nesse processo, marcado pelo “revisionismo” das ações, amplia-se a influência do conhecimento das ciências humanas e sociais sobre a sociedade, visto que vivemos uma época “eminentemente sociológica”, com junções entre sujeito e objeto do conhecimento. Desse modo, o conhecimento científico é, por um lado,

[...] parasítico dos conceitos dos leigos agentes; por outro lado, noções cunhadas nas metalinguagens das ciências sociais retornam rotineiramente ao universo das ações onde foram inicialmente formuladas para descrevê-lo ou explicá-lo. (Giddens, 1991, p. 24).

Existe, portanto, um trânsito contínuo de informações no qual, inclusive, se amplia o uso de conceitos acadêmicos nas práticas sociais.

Qualquer pessoa num país ocidental que decide se casar hoje em dia, por exemplo, sabe que a taxa de divórcios é alta (e pode também, embora de maneira imperfeita ou parcial, conhecer um pouco mais sobre demografia do casamento e da família). O conhecimento da alta taxa de divórcios pode afetar a própria decisão de se casar, bem como decisões sobre considerações relacionadas ao regime de propriedades etc. A consciência dos níveis de divórcio, além disso, é normalmente muito mais do que simplesmente a consciência de um fato bruto. Ele é teorizado pelo agente leigo de maneiras impregnadas pelo pensamento sociológico [...]. A posição de pivô da sociologia na reflexividade da modernidade vem de seu papel como o mais generalizado tipo de reflexo sobre a vida social moderna. (Giddens, 1991, p. 49).

Cabe notar que “a apropriação do conhecimento não ocorre de uma maneira homogênea”, ou seja, “é com frequência diferencialmente disponível para aqueles em posição de poder” e “capazes de colocá-lo a serviço de interesses seccionais” (Giddens, 1991, p. 50). Nesse sentido, podemos situar os contextos marcados pela desigualdade social e pelo enfrentamento com relações de exploração como espaços de disputa pela apropriação de conhecimentos, nos quais a dinâmica dos movimentos sociais tem papel relevante. Dessa forma, não se deve generalizar o advento de formas reflexivas de ação, como se se tratasse de um processo natural e universal, assim como não se devem desprezar os impulsos nesse sentido desencadeados por atores variados, numa multiplicidade de contextos superficialmente caracterizados como periféricos.

Diante desses argumentos, como compreender a pouca atenção despendida com as potencialidades das nossas pesquisas para o autoconhecimento dos grupos sociais? Por que o retorno de nossas pesquisas para os entrevistados, enquanto subsídio para a revisão e reorientação de suas condutas, não é tido como uma forma considerável de retribuição?

Uma resposta pode estar na relação entre os saberes acadêmicos e os saberes sociais. Santos (2004) tem demonstrado como a universidade, historicamente, se isolou dos outros saberes à sua volta, limitando as possibilidades de troca de conhecimentos e enriquecimento mútuo. Assim, desenvolvida numa perspectiva de afastamento em relação aos conhecimentos “comuns”, a universidade, muitas vezes, tem se mantido desvinculada dos problemas, experiências e expectativas da sociedade. Nesse quadro, podemos compreender melhor tanto as dificuldades na construção de pesquisas voltadas para o diálogo com os atores quanto a aversão deles às discussões acadêmicas.

Assim, nossas pesquisas, desconexas em relação aos problemas dos atores, realmente não podem ser consideradas como uma forma ética de retribuição. No entanto, não sendo essa relação entre universidade e sociedade uma essência, mas sim o resultado de um processo histórico, ela é passível de mudança. Um grande desafio ético, então, é a construção de pesquisas que possam desencadear nos atores diálogos e revisões.

A suposição resignada de que nosso trabalho não pode enriquecer os conhecimentos dos sujeitos estudados sobre si mesmos, potencializando suas ações reflexivas, não pode servir de justificativa para que só demos atenção para nossos objetivos acadêmicos autorreferenciados.

Considerações finais

Em várias das situações discutidas, percebe-se que os direitos dos entrevistados se chocam com o direito da sociedade de conhecer certos processos, assim como com nosso papel de desvendá-los. Como afirma Pozzi, *“en toda esta discusión (y reflexión) existe una tensión subyacente entre el bien colectivo (social) y el derecho individual, entre lo profesional y lo legal, entre lo político y lo histórico”* (Pozzi, 2014, p. 34).

Apesar de geralmente os pesquisadores estarem focados na validade dos estudos para si e seus pares ou, na melhor das hipóteses, para a sociedade em geral, uma relação de comprometimento com os entrevistados coloca em evidência a necessidade de pensarmos o valor dos nossos trabalhos para aqueles que se dispõem a colaborar. Nem a culpa, nem o alheamento parecem respostas adequadas, é importante a reflexão sobre caminhos alternativos.

Nesse sentido, o cuidado ético deve ser uma constante nas pesquisas que optam pelo envolvimento e, assim, pelo comprometimento com os atores,

principalmente no que se refere às possíveis consequências dos depoimentos, cujo controle, evidentemente, nunca é absoluto. Sempre existem riscos para os entrevistados, assim como expectativas sobre os resultados da pesquisa – mesmo que o pesquisador não alimente essas expectativas, dificilmente as contraria. Assim, fica evidente que o compromisso mútuo não se reduz à assinatura de um documento, o que, na verdade, apenas burocratiza as relações, gerando estranheza e desconfiança, e dá ao pesquisador a falsa impressão de que a entrevista é sua e ele tem domínio quase irrestrito sobre ela.

Outro conjunto de problemas, interligado a esses, está no processo de interpretação, no qual o pesquisador tem posição privilegiada. Estão em jogo, assim, relações de poder, para as quais o diálogo entre as perspectivas parece ser a melhor alternativa. Desse diálogo emergem vozes que, alçadas a novos planos, podem ser levadas em conta por uma multiplicidade de outros atores. Trata-se, assim, de uma forma autêntica de restituição, talvez a mais frutífera delas.

No entanto, como busquei demonstrar, acredito ser válido pensarmos o papel das nossas pesquisas para a revisão das condutas dos próprios atores entrevistados, o que requer repensarmos continuamente as formas com que construímos nossos estudos. Essa alternativa parece ter grande potencialidade para integrantes de movimentos sociais, para quem uma revisão reflexiva de suas ações é condição inerente para o sucesso de suas mobilizações.

Não se trata, vale lembrar, de assumir um compromisso político irrestrito com as causas desses grupos, o que, na verdade, mais limita do que potencializa o valor de nossos estudos. Seremos pouco úteis se nossos estudos disserem o que os atores já acreditam e defendem. Eles defendem suas causas muito melhor do que nós, não somos necessários para isso. Nosso valor está na possibilidade de lançarmos luz sobre pontos pouco sistematizados de suas ações, que pela prática cotidiana intensa podem não ser analisados com profundidade.

Por outro lado, não estou defendendo a existência de uma suposta neutralidade científica plena. O que enfatizo é a necessidade do estudioso assumir uma posição diferente da dos atores sociais, dado seu trabalho específico. Apesar de também ser parcial, a perspectiva do pesquisador deve ser baseada principalmente em outros princípios e procedimentos, apresentando-se como alternativa de compreensão das realidades em questão, pelas suas potencialidades de sistematização, aprofundamento e abrangência. Assim, para ser ético, o pesquisador não precisa se engajar politicamente nas mobilizações dos grupos estudados, mas deve, é claro, tomar os cuidados necessários para não atrapalhá-las. Nossas contribuições, específicas, se dão por outros caminhos.

Referências

- ALEXANDER, Jeffrey. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 5-31, jun. 1998.
- AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 145-155, abr. 1997.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos & abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. *História Oral*, v. 17, n. 2, p. 9-29, jul./dez. 2014.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Práticas de poder, política científica e as ciências humanas e sociais: o caso da regulação da ética em pesquisa no Brasil. *História Oral*, v. 17, n. 2, p. 31-46, jul./dez. 2014.
- GEERTZ, Clifford. O pensamento como ato moral: dimensões éticas do trabalho de campo antropológico nos países novos. In: _____. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GIDDENS, Anthony; PIERSON, Christopher. *Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NEVEU, Érik. *Sociologie des mouvements sociaux*. Paris: Le Découverte, 2005.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.
- POZZI, Pablo. La ética, la historia oral y sus consecuencias. *História Oral*, v. 17, n. 2, p. 47-67, jul./dez. 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. (Questões da nossa época, 11).
- SOUZA, Jessé (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. 256 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – UFRRJ, Seropédica, RJ, 2014.

Fontes orais

Luísa [25 anos]. [ago. 2014]. Entrevistador: Arnaldo José Zangelmi. Goianá, 8 ago. 2014.

Janete [48 anos]. [out. 2012]. Entrevistador: Arnaldo José Zangelmi. Itaipé, 25 out. 2012.

Resumo: Este artigo visa trazer à tona algumas questões éticas envolvidas na relação entre pesquisadores e entrevistados, especialmente nos trabalhos baseados nos procedimentos da história oral em contextos marcados pela desigualdade social e pela atuação de movimentos sociais. Partindo do questionamento sobre a validade das pesquisas para os grupos estudados, busca-se refletir sobre as possíveis implicações dos depoimentos para os entrevistados, sobre os dilemas dos pesquisadores e sobre as suas diversas tentativas de retribuição. Destaca-se a importância do diálogo entre as interpretações das realidades estudadas, que amplia a possibilidade das visões dos atores alcançarem outros âmbitos sociais e políticos, potencializando suas ações. Pretende-se evidenciar também o papel dos estudos para estimular os atores à revisão de suas práticas.

Palavras-chave: ética, história oral, movimentos sociais, desigualdade social.

Researchers and interviewees: ethical problems linked to inequality contexts and the activities of social movements

Abstract: This article aims to bring to light some ethical issues involved in the relationship between researchers and interviewees, especially in studies based on the procedures of oral history in contexts marked by social inequality and by the activities of social movements. From the questioning of the validity of the research for the groups studied, it seeks to reflect on the possible implications of the statements for the respondents, the researchers' dilemmas and their various attempts of retribution. It is highlighted the importance of the dialogue between the interpretations of the realities studied, which increases the possibility of the perspectives of the actors to reach other social and political spheres, enhancing their actions. The article also intends to highlight the role of the studies to stimulate the actors to review their practices.

Keywords: ethics, oral history, social movements, social inequality.

Recebido em 22/03/2016

Aprovado em 13/05/2016